

A Educação na França: Realidades, Debates e Novos Caminhos

O ensino das línguas estrangeiras

*Carlos Alberto Antunes Maciel**

Seria vão pretender tratar longamente aqui tão vasto assunto. impõe-se então que sejam imediatamente definidas as fronteiras das nossas pretensões. De maneira sucinta, faremos uma apresentação descritiva da atual estrutura do aparelho de ensino francês. apresentaremos os pontos essenciais que são hoje debatidos e, finalmente, daremos as linhas gerais das reformas em curso e dos objetivos que, através delas, se pretende atingir. Dada a importância que tem para nós o assunto, o ensino das línguas estrangeiras no país beneficiará de um desenvolvimento bastante longo na parte consagrada às realidades.

REALIDADES:

É possível dizer que o ensino tem na França as seguintes características básicas:

1. O fato de ser entendido como uma responsabilidade do Estado;
2. O fato de receber, na repartição orçamentária, a mais grossa fatia do bolo distribuído;
3. A importância do ensino público e o seu caráter leigo ("laic").

* Professor do Departamento de Língua e Literatura estrangeiras da Universidade Federal de Santa Catarina.

A educação, como um todo, é entendida como uma responsabilidade coletiva, exercida pelo Estado em nome da coletividade. Há, é claro, lugar para a iniciativa privada, ou particular, de que falaremos mais adiante, predominam no entanto no país as instituições públicas de ensino, desde a escola maternal até a universidade e é importante desde já salientar que o ensino superior *particular* é praticamente inexistente na França. Todo o sistema educacional francês depende do Ministério da Educação Nacional cuja parte no orçamento do Estado é superior a 25%; resulta daí também o seu caráter popular — ou democrático — já que *todas* as crianças, sejam elas francesas ou estrangeiras residentes no país, têm acesso à escola (obrigatória) que, sendo pública, é gratuita. Observe-se ainda que o uso do uniforme não é obrigatório e que a escolarização dos filhos não representa nenhum ônus para as famílias: o material escolar básico é distribuído e não há nenhum sistema de pagamento, mesmo uma eventual taxa de matrícula é inexistente; a escola garante por outro lado um atendimento médico regular (de controle, em acordo com as autoridades sanitárias municipais).

As crianças francesas (ou na França), segundo o ano de nascimento, ingressam na escola já na idade de 2/3 anos (escola maternal). Daí passam para a escola primária, onde permanecem durante cinco anos, assim distribuídos:

1º ano — CP (Curso Preparatório)

2º ano — CE¹

(Curso Elementar)

3º ano — CE²

4º ano — CM¹

(Curso Médio)

5º ano — CM²

Duante todos esses oito anos (três anos de escola maternal + cinco anos de escola primária), as crianças têm 6 horas diárias de presença no estabelecimento de ensino: das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 hs (ou das 9 às 12 e das 14 às 17 horas). Há aula também no sábado de manhã, mas as escolas não funcionam nas quartas-feiras. Os alunos podem — se necessário — permanecer na escola durante todo o dia: fazem as suas refeições no restaurante ("cantine") e, depois da classe, graças a um sistema de

plantão dos professores (em rodizio), alguns há que ficam até às 18 horas (permanecem assim em "étude", isto é, fazem as suas tarefas ainda na escola). Os pais que trabalham podem deixar os seus filhos na escola a partir das 7:30 h. — as crianças ficarão então sob o cuidado de funcionárias recrutados para este fim, e lhes serão propostas atividades variadas. É claro que, submetida a este ritmo (por necessidade, em razão essencialmente da atividade dos pais), a criança poderá vir a ter outros problemas, particularmente afetivos, que não abordaremos aqui por ficarem fora do nosso propósito.

Na França, as unidades de ensino são raramente grandes ou muito grandes; predomina — sobretudo na maternal e no primário — o sistema de pequenas unidades de bairro ("l'école du quartier"). Este sistema tem pelo menos duas grandes vantagens para o usuário (famílias e alunos): há sempre uma escola (muito) perto da casa do aluno e há também uma descentralização notável. Não esquecemos, dizendo isso, as diferenças que se podem manifestar regionalmente e, sobretudo, a oposição zona urbana/zona rural (nesta vive no entanto somente cerca de 6% da população francesa).

Se a escola maternal — pela sua estrutura e pela pedagogia adotada (isenta do imperativo de produtividade e controle do rendimento e onde são incentivadas a criatividade e a expressão) é freqüentemente apresentada como sendo a *escola feliz* ("l'école heureuse") do sistema, o mesmo não acontece com a escola primária que, apesar dos progressos técnicos e dos esforços feitos em termos de qualidade dos serviços e da infra-estrutura (as classes têm em média 25 alunos e, como já foi dito, todo o material básico indispensável é fornecido pela instituição, isto é, pelo Estado), continua a ser alvo de críticas quanto aos seus métodos e aos objetivos. Mais conservadora, a escola primária enfrenta uma certa dificuldade de adaptação aos novos imperativos do mundo moderno; o "échec scolaire" — que se traduz na prática pela existência de um número apreciável de "repetentes" — existe e, como em toda sociedade de classe, atinge mais duramente os filhos das classes menos favorecidas.

A escola secundária começa no C.E.S. ("Collège d'Enseignement Secondaire"), numa classe de "sixième" (a contagem co-

meça pela *sexta* série) e o curso estará acabado quando, feita a *segunda* série, o aluno concluir a "terminale".

Aí tudo muda: o aluno não terá mais *um* professor somente, e será introduzida a noção de *disciplina* (ou matéria básica); assim, cada disciplina que estiver integrada ao programa será confiada a um professor. Terminado o *Liceu* ("Lycée") (três últimos anos do secundário), o aluno se apresentará para passar o "Bac" ("baccalauréat"), grande concurso nacional que dará ao interessado (68%, em média, dos candidatos, são aprovados) um diploma que o qualificará para postular um lugar no mercado de trabalho. Só os titulares do "Bac" têm acesso à Universidade — e esta é talvez a sua maior vantagem já que, cabe aqui dizer, o valor deste diploma está hoje bastante depreciado. Numa sociedade desenvolvida e altamente industrializada como a sociedade francesa, o curso secundário completo (e o "Bac") tornou-se uma banalidade — em verdade, só os titulares de diplomas mais "importantes", de escolas especializadas e/ou de nível superior, terão maior facilidade para obter o emprego desejado, "en rapport avec sa formation!"

É ainda importante lembrar que, em termos de formação "profissionalizante", há toda uma série importante de outras possibilidades para o aluno que termina o seu curso secundário; este poderá já concluir os seus estudos (secundários) num "Lycée technique" ou ainda num *Liceu de ensino profissional* (LEP) e obter, por exemplo, um "brevet" de técnico mecânico, eletricista, agrícola, etc. O "Bac" a que se vai submeter o aluno é por sinal diferenciado, respeitando ou adaptando-se à escolha feita pelo interessado já no fim do seu curso secundário: a escolha de um certo tipo de "Bac" — de A a F, na estrutura atual — dará ao candidato a possibilidade de postular em melhores condições certos empregos ou de se apresentar a certos concursos (por exemplo, os concursos públicos de recrutamento de pessoal para os correios, para a polícia, para os serviços de fiscalização e receita, e outras instituições).

O Ensino das Línguas Estrangeiras

Dada a importância que tem para nós o assunto, decidimos, como já foi declarado acima, intercalar aqui algumas linhas

sobre uma das mais importantes disciplinas da escola secundária francesa: a língua estrangeira moderna.

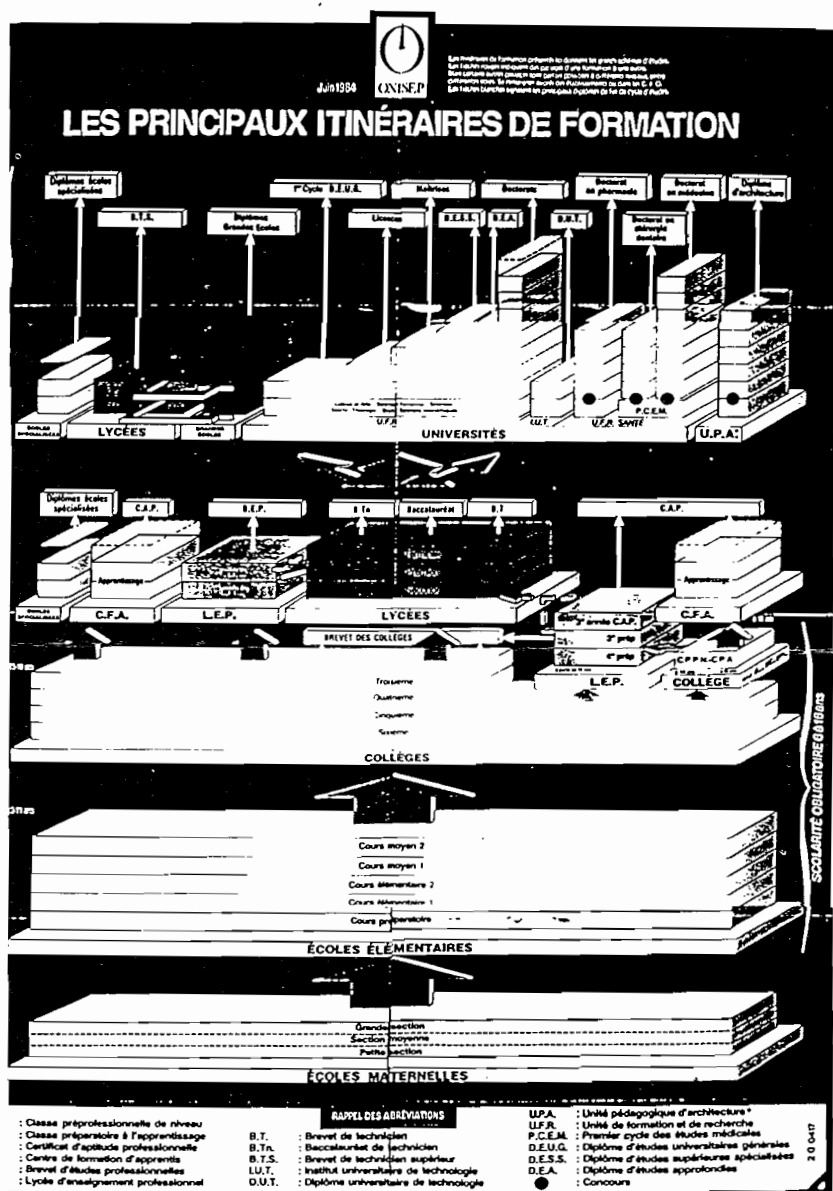
Com exceção daqueles que tiverem anteriormente estudado em escolas experimentais e em maternais bilíngües, por exemplo (e que são raras), todos os demais alunos começarão a estudar uma língua estrangeira na "sixième" (com 10/11 anos de idade, normalmente). Dois anos mais tarde, na "quatrième", será introduzida uma segunda língua estrangeira; a terceira língua será introduzida quando o aluno estiver na "seconde" — o que significa que, em etapas sucessivas e com intervalos de dois anos entre o momento em que se introduz cada uma delas, o aluno francês estuda até três línguas estrangeiras durante o seu curso secundário.

Como se pode ver pelo quadro dado a seguir, o alemão era, por exemplo, no ano escolar 1974-75, estudado por 14,55% dos alunos como LVI, isto é, como *língua viva 1* ou *primeira língua viva* (a partir da "sixième"); 37,48% dos alunos estudavam o alemão a partir da "quatrième" (LV1 — *segunda língua viva*) e, finalmente, 18% escolhiam o alemão como LV3 (*terceira língua viva*). Os dados relativos ao português são bem mais modestos: 0,03% como LV1 e LV2, e 0,48% como LV3. Entretanto, como se pode ver no *Quadro II*, *o português progrediu sensivelmente já que, como LV1, em 1985, 0,42% dos alunos escolheram o português.*

Esta situação — ou esta evolução favorável — não se justifica, como se poderia talvez pensar, pelo fato de haver na França uma muito importante comunidade de língua portuguesa (há cerca de um milhão de portugueses na França); isto, é claro, intervém nos resultados, mas não é suficiente para explicar o progresso feito. A grande razão está no fato do mundo de língua portuguesa ser hoje mais conhecido e, ainda que muito modestamente, já se concede ao português uma "existência internacional" — o interesse pela África de língua portuguesa mas, sobretudo, um melhor conhecimento do Brasil, faz com que haja uma maior procura do português.

Assim, também nas Universidades e nas escolas especializadas — particularmente as escolas superiores de comércio — o português vem sendo cada vez mais considerado e admitido (inclusive através da criação, pelas câmaras de comércio e indústria, de um diploma de habilitação em língua portuguesa comercial e técnica. O português está por outro lado presente em todos os currículos universitários de LEA (Línguas Estrangeiras

Aplicadas), que têm vocação técnica com abertura para a administração de empresas, turismo, indústria.



de l'architecture viennent d'être modifiés : durée cinq ans, suppression du concours entre la première et la deuxième année

QUADRO I -

STATISTIQUES SUR L'ENSEIGNEMENT DES LANGUES VIVANTES EN FRANCE

(Ministère de l'Éducation 1974-1975)

<u>ALLEMAND</u>		%
LV 1	520 728	14,55
LV 2	439 943	37,48
LV 3	3 952	18
<u>ANGLAIS</u>		
LV 1	2 611 225	82,31
LV 2	242 426	20,26
LV 3	18	0,03
<u>ESPAGNOL</u>		
LV 1	89 233	2,67
LV 2	400 997	33,45
LV 3	8 215	37,22
<u>ITALIEN</u>		
LV 1	9 986	0,33
LV 2	89 153	7,40
LV 3	5 828	26,40
<u>PORTUGAIS</u> *		
LV 1	834	0,03
LV 2	311	0,03
LV 3	105	0,48
<u>RUSSE</u>		
LV 1	3 893	0,12
LV 2	14 294	1,20
LV 3	3 597	16,30

Le reste revenant à l'arabe, l'hébreu moderne et les autres langues classées sous divers.

Sur 36.000 élèves de nationalité portugaise plus de 34.000 apprennent une langue autre que leur langue maternelle. Les chiffres pour 1975-1976 ne sont pas connus mais d'après une enquête de l'A.D.E.P.B. auprès des professeurs de portugais, le nombre serait d'environ 2.000 dont 1.500 enfants portugais.

L'ENSEIGNEMENT du PORTUGAIS

PARU DANS: LE GUIDE DES PARENTS
1985, avec pour sous-titre TOUT
POUR ASSURER LA REUSSITE DE VOS
ENFANTS DE LA 6è AU BAC.

DANS UNE LONGUE ENQUETE, TRES
COMPLETE, SUR L'ENSEIGNEMENT DES
LANGUES EN FRANCE, IL Y EST DIT:
"LE PORTUGAIS EST CHOISI, COMME
L'ARABE, EN PRIORITE PAR DES EN-
FANTS D'IMMIGRES. IL TEND A PREN-
DRE DE PLUS EN PLUS DE PLACE, EN
SIXIEME, AU COLLEGE, C'EST LA
QUATRIEME LANGUE LA PLUS EN-
SEIGNEE". LANGUE DE COMMUNICATI-
ON QUI "SERT DANS LA VIE"(SIC)
IL EST SOUHAITABLE QU'ELLE S'OU-
VRE TOTALEMENT AUX ELEVES D'ORI-
GINE FRANÇAISE .

Le choix des élèves de 6°

Langues	Nombre d'élèves	%
Anglais	834 580	83,4
Allemand	102 038	13,4
Espagnol	15 797	2,08
Portugais	3 214	0,42
Italien	2 376	0,3
Arabe	1 227	0,16
Russe	1 170	0,15
Chinois	12	
Polonais	6	
Total	760 420	100

DEBATES:

“La seule école libre c'est l'école laïque”

Este é o slogan que com mais frequência encontramos hoje nos panfletos e manifestos distribuídos por todas as organizações de esquerda e pelos defensores do ensino *laïque* (“laic”); também por vezes o encontramos escrito nas paredes de edifícios públicos ou ainda colado nos pára-brisas dos carros dos militantes e simpatizantes da corrente favorável a um ensino público, gratuito e, também e forçosamente, *laïque*.

A educação, como um todo — e já o dissemos acima é entendida na França como um dever de Estado. No entanto, até aqui não se excluiu a iniciativa privada que, por sua vez, apela para os poderes públicos, funcionando frequentemente com dinheiro público. Tranquilizemo-nos imediatamente; as escolas particulares são minoritárias na França, mas representam uma corrente de pensamento conservadora, católica, e, (talvez) sobretudo, muito poderosa dentro da vida social francesa.

A eleição de um governo social — comunista em 1981 provocou um grande debate nacional que, em verdade, ainda não se terminou (no dia 8 de junho de 1985 os defensores da escola particular, católica, organizaram ainda em Nantes uma manifestação); conhecendo as propostas da esquerda e, particularmente, a idéia segundo a qual o dinheiro público só deve ser utilizado pelo setor público, os defensores (e proprietários e grupos de pressão política vinculados ao setor privado) da escola particular organizaram a luta e, até aqui, diga-se de passagem, conseguiram pelo menos obter um efeito suspensivo sobre as pretensões da esquerda.

Isto significa em verdade que até aqui o dinheiro público tem também servido para subsidiar ou “sustentar” escolas particulares — e a esquerda, particularmente os comunistas, sempre se opôs a isto. Não se nega assim ao setor particular o direito de existir, pretende-se somente que a escola particular viva com os seus próprios meios.

Acusada de praticar manipulação ideológica, sobretudo na medida em que está intimamente ligada à Igreja Católica, a

escola particular contraria também a idéia que, à esquerda, se tem da *liberdade*. Neste caso igualmente não se nega a ninguém o direito de ser católico ou de freqüentar a igreja. Pretende-se somente, à esquerda, que a escola e a igreja são instituições diferentes e que a liberdade de consciência — liberdade religiosa — deve ser garantida para todos. Em conseqüência, a escola tem de forçosamente ser "laique" (ou *leiga*), respeitada a já tradicional separação que existe entre a Igreja e o Estado, e respeitada a liberdade individual. O aluno assim deverá freqüentar a escola (obrigatoriamente); mas não poderá nunca ser obrigado a aceitar uma formação religiosa (sempre associada a uma escolha e/ou prática ideológica); no entanto, cada pessoa, cada aluno, cada família, aos domingos, nas suas horas de folga e na sua própria intimidade, está evidentemente livre de ir à missa, ao culto, etc.

"L'école libre vivra."

Os defensores da escola particular — católica sobretudo, como já foi dito — contra-atacam com o seu slogan "a escola livre viverá". Será *livre* uma escola que não é *leiga*? Será *livre* uma escola que depende de interesses particulares? Estas são as perguntas que se fazem imediatamente todos aqueles que vêem e vivem a oposição que hoje existe (sem dúvida hoje mais do que antes), animada pelo grande debate nacional, entre o setor educacional público e o particular. Observe-se por exemplo que o governo de François Mitterrand restabeleceu, em 1981, logo depois das eleições presidenciais, o "Ministério da Educação **NA-CIONAL**" que o "liberal avançado" Giscard d'Estaing tinha durante o seu mandato transformado em "Ministério da Educação"...

O argumento básico apresentado pelos defensores da escola particular é simples e também busca as suas raízes na noção de *liberdade* — que é decididamente a palavra-chave (ou uma delas...) do grande debate em curso. Os pais devem ter o direito de escolher o tipo de escola e o tipo de formação que querem dar aos seus filhos, dizem os "tenants de l'école libre"! A esquerda responde que não se trata aí senão de um argumento tendencioso utilizado em benefício de um único objetivo não declarado: defender os privilégios de classe!

NOVOS CAMINHOS

O debate entre o setor público e o setor privado passa aos poucos para o segundo plano da atualidade. Por razões eleitorais (há um quase equilíbrio de forças no país, do ponto de vista eleitoral) e também porque acabou por se encontrar dividido sobre a questão, o governo socialista decidiu adotar outras soluções — acordos bilaterais passados com cada um dos diferentes grupos — que conduzirão, sem dúvida, na maior parte dos casos pelo menos, a uma associação entre o setor público e o setor particular, ficando as escolas particulares vinculadas ao Ministério. Por outro lado, os imperativos da sociedade moderna, em plena transformação, sociedade na qual, hoje, se redefine a noção de produção assim como são diferentemente apreciadas questões, termos e instituições tão importantes quanto sindicalismo e proletariado, aparecem como sendo prioritários.

Em consequência disso, fala-se hoje de modernização e de necessidade de promover a alta tecnologia e os novos modos de produção, de se incentivar a automatização, a robotização, a informatização... No início do próximo ano escolar (1985-86) as escolas francesas terão recebido 120.000 novos computadores e, em todos os setores, introduz-se o "necessário" aprendizado das "línguas", isto é, todos os diferentes sinais, códigos e sistemas utilizados na sociedade moderna e que, sobretudo, serão ainda aperfeiçoados dentro de uma espécie de "lógica permanente do futuro realizável".

O espírito atual, na sociedade como na escola, é então o de *busca*, busca de uma adequação entre os objetivos da vida em sociedade, os ideais dos seus cidadãos, a necessidade de se formar HOJE o homem de AMANHÃ (porque é este exatamente o objetivo permanente do ensino básico!) e os imensos recursos materiais e técnicos de que a sociedade se dotou.

Assim, toda a escola se transforma. No entanto, e dentro de uma aparente contradição, revalorizam-se os "acquis", isto é, tudo quanto a sociedade *já adquiriu* no seu passado e cujo interesse histórico, cultural e de formação individual não pode ser esquecido. Particularmente e quase curiosamente (*talvez* pela importância mesmo — ou *nova* importância dada à "língua" gra-

ças ao desenvolvimento e à vulgarização dos novos meios de comunicação e informação) revaloriza-se hoje a ortografia, a arte do bem-dizer, a precisão... O Ministro da Educação acaba de baixar uma portaria contendo diretivas precisas quanto à necessária valorização da ortografia na escola primária.

Os concursos nacionais também se transformam. Novos "Bac" são criados — todos na área técnica, de informação, informática... — e, nas Universidades, uma reforma, que se tornou necessária, foi proposta e começa agora a se fazer. Aqui, prega-se a diversificação, a necessidade da pesquisa, a multiplicação dos meios de investigação, observação, apreciação dos resultados; nas letras e ciências humanas também se exige uma preparação para o mundo moderno: "linguagens", línguas estrangeiras também...

Cabe talvez somente dizer, para concluir, que a célebre "crise internacional" na qual já há alguns anos nos encontramos e da qual tanto se fala, não é senão este ponto crucial em que, globalmente — e sem esquecer a força com que cada um (e particularmente os mais poderosos) defende os seus interesses "vitais" —, se discute e se transforma a ordem internacional, este momento em que as nações e os povos vivem aquilo que se convencionou chamar de redistribuição internacional do trabalho e mudanças profundas nos modos de produção. Há incertezas quanto ao futuro, mas pelo menos se sabe que somente conseguirão sair da "crise" aquelas nações que conseguirem a tempo — fazer as justas mudanças. A escola, evidentemente, voltada para o futuro, tem de se preparar para as novas mudanças; as Universidades têm de, imediatamente, dar a sua contribuição! Estas são as (quase) certezas (!) que hoje se tem e que justificam largamente as novas escolhas feitas, a fixação de novos objetivos. Mas, do futuro, nós em verdade somente sabemos que ele virá...